

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato nº 42/2020, entre a Universidade Federal de Pernambuco e o Banco do Brasil S.A.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1171268, doravante denominada **UFPE**, e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, CNPJ nº 00.000.000/0001-91, com sede no SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício BB, 15º Andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-912, representado por Adriana de Jesus Andrade Calvino, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 1.924.280 SSP/PA e CPF nº 300.145.652-34 e Danielle Wantuk Seronato, brasileira, casada, bancária, RG nº 7.759.468-0 SSP/PR e CPF nº 030.662.269-64, doravante denominado simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, com base no disposto na Resolução nº 05/2016 do Conselho de Administração da UFPE; na *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e regulamentações posteriores e na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998*, ajustam o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA 1ª. - OBJETO

O presente contrato tem como objeto concessão remunerada de uso de área física, medindo 3.668 m² localizada ao lado do prédio da Reitoria, na Avenida Professor Moraes Rego, S/N, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, tendo o fim de permitir a oferta de serviços bancários à comunidade universitária.

CLÁUSULA 2ª. - VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado à **Inexigibilidade de Licitação nº 26/2020**, de que trata o processo administrativo nº **23076.057423/2019-31**.

CLÁUSULA 3ª. - VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais períodos, a critério único e exclusivo da **UFPE**, até o limite de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

Parágrafo único. Só poderá ser prorrogada a vigência do contrato se o concessionário estiver adimplente (art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 05/2016, do Conselho de Administração da UFPE).

CLÁUSULA 4ª. - REMUNERAÇÃO

A contraprestação mensal pela concessão de uso da área será de **R\$ 68.545,31 (sessenta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos)** a ser recolhida até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, por meio de guia de recolhimento fornecida pela Coordenação Administrativa e Financeira da PROGEST/UFPE.

§ 1º. A não observância do prazo para quitação do pagamento mensal importa no acréscimo de multa cumulada com juros, na conformidade da **cláusula 11ª, § 2º**, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.



§ 2º. O inadimplemento no recolhimento do encargo mensal por 03 (três) meses, consecutivos ou não, acarretará rescisão contratual imediata, além das ações judiciais cabíveis.

CLÁUSULA 5ª. - REAJUSTE

Em sendo prorrogado o prazo contratual nos termos da **cláusula 3ª**, o valor da contraprestação mensal, devida pela concessão de uso da área física, será reajustado de acordo com o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo.

Parágrafo Único. Se na ocasião do reajuste o índice não tiver ainda sido divulgado, será aplicado o último índice disponível, procedendo-se ao correspondente acerto quando de sua divulgação oficial, mediante apostilamento, e imediatamente cobrada a diferença pela **UFPE**, ficando expresso que a **CONCESSIONÁRIA** a reconhecerá como dívida líquida, certa e exigível.

CLÁUSULA 6ª. - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

1. Iniciar a exploração do objeto contratual no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura deste contrato.
2. Observar o horário mínimo das **10h às 16h**, nos **dias úteis**, estabelecido pelo Banco Central do Brasil, para atendimento ao público e de 08hs às 22hs, durante todos os dias da semana para o horário do auto-atendimento;
3. Utilizar a área física, objeto deste CONTRATO, de acordo com o previsto no mesmo, não podendo sob qualquer forma transferir ou sublocar a mesma, no todo ou em parte, bem como alterar as instalações sem expressa autorização da **UFPE**.
4. Manter em perfeito estado de conservação e limpeza o local, as instalações e equipamentos de propriedade da **UFPE** que estiverem sob sua guarda e responsabilidade, obrigando-se a devolvê-los, ao término deste CONTRATO, nas mesmas condições de conservação em que os recebeu, inclusive pintura, no que couber.
5. Pagar pontualmente a remuneração mensal, apresentando a Coordenação Administrativa Financeira/PROGEST, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após o vencimento do encargo mensal, a guia probatória do recolhimento efetivado, juntamente com a quitação da despesa com energia elétrica.
6. Desocupar a área física ao término da vigência deste CONTRATO ou no prazo estipulado pela **UFPE**, após a rescisão.
7. Manter disponível para equipe de fiscalização e inspeção da **UFPE** ou para fiscalização externa, toda documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, tributária e sanitária, inclusive **licenças, autorização de funcionamento e alvará** para o exercício de suas atividades comerciais resultantes da execução do contrato.
8. Manter durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.
9. Facilitar à **UFPE** a fiscalização e inspeção da área física e da documentação probatória das obrigações.
10. Responder pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias relativas ao pessoal utilizado para a execução do objeto deste CONTRATO, se for o caso, bem como responsabilizar-se sobre quaisquer encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO.
11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO.

P



§ 1º. As obrigações decorrentes da exploração do objeto deste CONTRATO são de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo à UFPE responder por compromissos assumidos por aquela ou direitos havidos de terceiros.

CLÁUSULA 7ª. - OBRIGAÇÕES DA UFPE

1. Adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento das cláusulas deste CONTRATO;
2. Entregar, o que se perfaz neste ato, a área concedida, limpa e desimpedida de quaisquer ônus;
3. Orientar, supervisionar e controlar a execução do objeto ora contratado por meio do responsável pela fiscalização da área, nos termos da **Cláusula 8ª**;
4. Manter arquivado, junto a este CONTRATO, toda a correspondência trocada entre as partes;
5. Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, sobre qualquer irregularidade que diga respeito ao presente CONTRATO;
6. Manter firme e valiosa a concessão, desde que mantidas as condições pactuadas;
7. Providenciar a publicação resumida deste contrato e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA 8ª. – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão deste contrato será exercida pelo servidor Hernandes Guedes de Moura Filho, SIAPE nº 1855057, e a servidora Clédia Rita Ribeiro Teixeira, SIAPE nº 41759, será gestora substituta. O servidor **Tiago Henrique Souza Coelho**, SIAPE 1732728, será o fiscal do contrato, e a servidora **Elisangela Correia Souza**, SIAPE 1732141, a fiscal substituta.

§1º. Nos Termos da Resolução nº 05/2016 do Conselho de Administração da UFPE, será verificado de modo sistemático o cumprimento das disposições deste CONTRATO e das ordens emanadas da Administração, bem como o estado de conservação da edificação, informando a esta, em tempo hábil, as ocorrências e todas as providências tomadas.

§2º. Nos casos de expiração da vigência ou de rescisão contratual, a devolução da área entregue a CONCESSIONÁRIA, deverá ser formalizada mediante termo acompanhado de laudo de vistoria, no qual deverá ser informada a data da devolução.

CLÁUSULA 9ª. - BENFEITORIAS

As benfeitorias existentes serão utilizadas de acordo com a finalidade deste CONTRATO, respondendo a CONCESSIONÁRIA, isoladamente, por sua manutenção e preservação, devendo serem as mesmas, juntamente com a área em que assentam, restituídas à **UFPE** em condições de uso idênticas às da época do recebimento, ressalvadas as modificações expressamente autorizadas por esta.

§ 1º. Nenhuma alteração na estrutura física e planta das instalações poderá ser efetuada sem consentimento prévio e expresso da **UFPE**, ficando qualquer acréscimo ou melhorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA incorporadas ao imóvel, sem direito a qualquer indenização ou retenção sobre o imóvel.

§ 2º. As benfeitorias erigidas pela CONCESSIONÁRIA, com o consentimento da **UFPE**, incorporar-se-ão, sem quaisquer direitos de retenção sobre a área utilizada, ao patrimônio desta, findo o prazo contratual ou quando rescindido este CONTRATO, devendo a **UFPE** indenizar a CONCESSIONÁRIA pelas benfeitorias úteis ou necessárias autorizadas pela primeira, consoante avaliação efetuada conjuntamente pelas partes, ou na hipótese de rescisão determinada por iniciativa da **UFPE**.

P



CLÁUSULA 10ª. - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

As taxas mensais de ENERGIA ELÉTRICA e de ÁGUA, referentes à área física concedida, serão obtidas por meio de medidores individuais já instalados e terão suas medições executadas pela Companhia de Eletricidade de Pernambuco-CELPE e Companhia Pernambucana de Saneamento-COMPESA, respectivamente.

§ 1º. A taxa do serviço público de que trata esta cláusula será reajustada de acordo com o percentual tarifário autorizado pela autoridade governamental.

§ 2º. O não pagamento da taxa de serviço público ou do ônus mensal, até o quinto dia útil após o respectivo vencimento, acarretará a sanção prevista no § 2º da cláusula 11ª do presente Termo.

§ 3º. O inadimplemento referente à taxa de serviço público por mais de 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses interpolados, acarretará a rescisão contratual imediata, além das ações judiciais cabíveis.

CLÁUSULA 11ª. - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial deste CONTRATO e descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades, após regular processo administrativo:

I – **Advertência** por escrito, quando a CONCESSIONÁRIA infringir as obrigações ajustadas neste CONTRATO, se tratar-se de primeira falta e não sanar as irregularidades apontadas no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**;

II – **Multa** na forma estabelecida no § 2º desta cláusula;

III – **Suspensão temporária** de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE por um prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – **Declaração de inidoneidade** para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no inciso II, facultada a defesa prévia da CONCESSIONÁRIA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

§ 2º. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, à CONCESSIONÁRIA será aplicada a multa de **10% (dez por cento)** e **juros de mora a 1% (um por cento) ao mês**, sobre o ônus mensal, caso a CONCESSIONÁRIA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando:

I – por qualquer modo impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização;

II – deixar de atender qualquer determinação da Fiscalização;

III – rescindir injustificadamente este CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos.

§ 3º. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento será ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento) ao mês**.

§ 4º. A não solução da irregularidade apontada, no prazo de trinta dias contados a partir da data da comunicação da irregularidade, acarretará a automática rescisão deste CONTRATO.

§ 5º. Além das penalidades citadas, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber.

§ 6º. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA 12ª. - RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, podendo ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da UFPE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da mencionada lei;

P



II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste CONTRATO, desde que haja conveniência para a UFPE;

III – Judicial, nos termos da Legislação vigente sobre a matéria.

§ 1º. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, formalmente motivadas nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem quando:

I – requerer concordata ou tiver decretada a falência;

II – transferir, a qualquer título, este contrato ou as obrigações dele decorrentes, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da UFPE;

III – suspender a execução dos serviços por prazo superior a dez dias consecutivos sem justificação e sem prévia autorização da UFPE.

§ 3º. Na hipótese de rescisão contratual, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do local, a contar da comunicação oficial, sem qualquer indenização;

CLÁUSULA 13ª. - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA 14ª. - CASOS OMISSOS

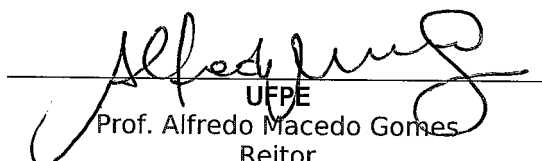
Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA 15ª. - FORO

O foro da Justiça Federal em Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes da execução deste contrato ou da interpretação deste instrumento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de perfeito acordo, assinam o presente Instrumento, na presença de duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Recife, 23 de dezembro de 2020.

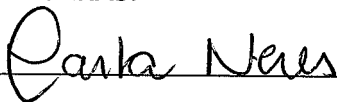

UFPE
Prof. Alfredo Macedo Gomes
Reitor
SIAPE nº 1171268

CONCESSIONÁRIA
Adriana de Jesus Andrade Calvinho
Bancária
RG nº 1.924.280 SSP/PA

CONCESSIONÁRIA
Danielle Wantuk Seronato
Bancária
RG nº 7.759.468-0 SSP/PR

TESTEMUNHAS:

1ª



CPF Nº 049.721.874-76

2ª

CPF Nº

Assinado eletronicamente por:

F0169875 - ADRIANA DE JESUS DE ANDRADE CALVINHO - 16/12/2020 às 10:09

F0720343 - ANA GABRIELA DE CASTRO LOIAÇONO RAMOS - 16/12/2020 às 09:33

F2259086 - DANIELLE WANTUK SERONATO - 16/12/2020 às 09:26

F3206804 - FERNANDA MUHLSTEDT CARRICO - 16/12/2020 às 09:53

Código Validação: 3287986072810ZX

[https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1,](https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1)





Emitido em 14/01/2021

CONTRATO Nº 15/2021 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/01/2021 00:11)

CARLA NERES DE SOUZA

COORDENADOR

1864848

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **15**
, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **14/01/2021** e o código de verificação: **926ce4b6f3**